



Congresso cria comissão para Previdência

Presidentes do Senado, José Sarney (à esquerda), e da Câmara, João Paulo (à direita), anunciaram que uma comissão de 22 parlamentares vai buscar consenso para a reforma

Página 3



JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano IX - Nº 1.736 - Brasília, quinta-feira, 10 de julho de 2003

CPI DA EXPLORAÇÃO

Para promotora, violência sexual inclui poderosos

Em depoimento à CPI que investiga redes de exploração sexual, a promotora maranhense Lítia Cavalcanti afirmou que a prática é freqüente no Norte e Nordeste e cometida por "gente poderosa, de renome e endinheirada".

Página 8

SEM-TERRA

Jefferson critica MST, Ideli vê injustiça social

Para o senador Jefferson Péres, o MST é "um movimento político de cunho revolucionário e subversivo". Já a senadora Ideli Salvatti diz que o fato de 1% dos proprietários deter 50% das terras é "uma injustiça social insustentável".

Página 6

Senado amplia ISS para dar mais recursos a municípios

Plenário aprova extensão do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza a mais 107 itens. A maior parte é de atividades geradas pelo avanço da tecnologia, e a cobrança deve proporcionar aumento de receita às prefeituras

Página 4



Rosevelt Pinheiro

CONSENSO Entendimentos entre senadores levaram à aprovação do projeto que amplia alcance do ISS, atendendo a pedido dos municípios



José Cruz

CCJ aprova identificação de policiais em atos públicos

Página 5

AUTOR Mercadante (entre ACM e César Borges) diz que seu projeto moderniza a polícia

Antero: Brasil deve ratificar tratado contra corrupção

Página 7



Waldemar Rodrigues

PRESSA Antero (à direita) pede votação imediata do tratado

País precisa elevar PIB, diz Saturnino

Ao registrar a melhoria na classificação do Brasil no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), medido pelo Programa das Nações Unidas para o

Roosevelt Pinheiro



Para Saturnino, Brasil tem vocação de crescimento

Desenvolvimento (PNUD), em destaque no noticiário desta semana, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) observou que a melhoria foi modesta e que o país só vai conseguir reduzir suas desigualdades sociais quando passar a registrar crescimentos anuais de 6% no Produto Interno Bruto (PIB).

Na avaliação do senador, para que o país volte a crescer, é necessário que o Estado amplie os investimentos, principalmente em infra-estrutura. Saturnino disse que o gasto público em infra-estrutura serve como senha para o desenvolvimento e para que empresas privadas nacionais e estrangeiras voltem a investir no país.

Para que o PIB volte a crescer acima de 5% ao ano, opinou Saturnino, é necessário que o Brasil diminua gastos com a Previdência e com o pagamento de juros e reduza o superávit primário. Ao encaminhar ao Congresso a reforma previdenciária e ao sinalizar que os juros, a partir de agora, terão queda constante, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, acrescentou o senador Roberto Saturnino, começa a trilhar o caminho que devolverá ao Brasil a possibilidade de cumprir sua vocação de crescimento.

Agenda



Divalgício

Vice-governador do Rio visita Sarney

O presidente do Senado, José Sarney, recebe às 10h30 o arquiteto e vice-governador do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde (foto).

Os trabalhos do Plenário começam às 14h30, em sessão dedicada a pronunciamentos dos parlamentares, sem votação de matérias.

Técnicos da Receita Federal falam à CPI do Banestado

Na reunião da CPI do Congresso que investiga o caso Banestado, às 10h, serão ouvidos técnicos da Receita Federal. Comparecerão o coordenador de Fiscalização, Paulo Ricardo de Souza

Cardoso; o coordenador de Estudos da Coordenação-Geral do Sistema de Fiscalização (Cofis), Marcelo Fisch; o coordenador

operacional da Cofis, Luiz Fernando Lorenzi; e o chefe da Divisão de Mercado Financeiro e Assuntos Internacionais da Cofis, Claudemar Malaquias.

Orçamento avalia metas de estatais

A Comissão Mista de Orçamento analisa, às 10h, relatório em que é avaliado o cumprimento de metas das empresas estatais, no que se refere ao orçamento fiscal, da seguridade social e do Programa de Dispêndios Globais. Ainda serão examinados pela comissão o balancete patrimonial e a demonstração dos resultados do Banco Central durante o primeiro trimestre do ano.



Salário-maternidade na pauta da Comissão de Assuntos Sociais

A Comissão de Assuntos Sociais reúne-se às 10h para votar projeto que restabelece o pagamento, pela empresa, do salário-maternidade às empregadas gestantes. A proposta



obteve parecer favorável da senadora Fátima Cleide (PT-RO) – foto. A comissão deve apreciar também projeto que altera a Lei 7.802, de 1989, que regulamenta a agricultura orgânica.



Acordo entre Brasil e Argentina vai a exame

Comissão Parlamentar do Mercosul realiza reunião hoje e deverá votar, entre outras matérias, relatório que analisa acordo entre o Brasil e a

Argentina sobre circulação de produtos alimentícios. A matéria recebeu parecer favorável do senador Romero Jucá (PMDB-RR) – foto.

Palestra sobre terceiro setor

Será realizada hoje a palestra “Exclusão de Gerações – uma Perspectiva do Terceiro Setor”, com o doutor Peter Goldberg, da Universidade Estadual de Nova York. O evento é uma iniciativa conjunta do Senado com a embaixada norte-americana e está marcado para as 18h30, no Auditório Petrônio Portella.

Indicação de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina, a partir das 10h, a indicação de dois diplomatas para embaixadas brasileiras na Costa Rica e na República Democrática de São Tomé e Príncipe. Foram indicados, respectivamente, Francisco Soares Alvim Neto e Paulo Dyrceu Pinheiro.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Arthur Virgílio rebate acusação de José Dirceu

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) rebateu ontem declaração do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, de que houve “corrupção farta” em governos anteriores.

– Se houve corrupção e o ministro José Dirceu tem a informação e não diz quem roubou, ele é cúmplice da roubalheira – afirmou o senador.

Arthur Virgílio acusou José Dirceu de ter usado declaração sobre corrupção em go-



Arthur Virgílio: “Governo não disse a que veio”

vernos passados para “desviar o foco do não-governo que ainda não disse a que veio”. O senador citou manchetes de ontem sobre a greve dos servidores, a recessão econômica, a estagnação industrial e o aumento do desemprego.

O senador disse que tem sido cobrada da oposição uma atuação mais crítica, mas observou que é tarefa difícil criticar o “não-trabalho de um não-governo” que continua prometendo e não realiza. Ele citou como exemplo o fato de o programa Primeiro Emprego não ter uma lei que o regulamente.

Ideli responde

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) respondeu às críticas feitas pelo líder da oposição. Segundo Ideli, o atual governo tem administrado a herança do governo anterior. Como exemplo, ela citou o aumento das tarifas telefônicas e a redefinição das agências reguladoras, e lembrou o compromisso assumido pelo presidente da República de não romper contratos.

A parlamentar disse que o governo está buscando alternativas que não sejam pesadas para a população. Ela acrescentou que José Dirceu apenas comentou as implicações jurídicas da greve dos servidores e observou que “as críticas deveriam ser feitas no mesmo tom”.

Quanto ao Primeiro Emprego, ela explicou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva teve o mérito de não criar o programa por meio de medida provisória e preferiu abdicar da paternidade da idéia, enviando ao Congresso Nacional um projeto de lei para que todos os parlamentares pudessem participar e aperfeiçoar.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado

Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Tuma destaca aniversário da Revolução de 1932

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) homenageou, em Plenário, o 71º aniversário da Revolução Constitucionalista de 1932, em que São Paulo levantou-se contra o governo de Getúlio Vargas para exigir a Assembleia Nacional Constituinte, prometida desde a chamada Revolução de 1930, que acabou com a República Velha.

– Representou uma batalha perdida na “Guerra Cívica”, como a chamam renomados autores, que gerou a Constituição de 1934 e nela expressou a conquista de importantes direitos, a exemplo do voto feminino – recordou Tuma.

O senador iniciou o discurso dizendo que o grau de evolução política de um povo corresponde ao nível de liberdade desfrutado pelos cidadãos.

– Por conseqüência, somente se deve considerar democrático o país que garanta, pela via constitucional, a existência e a prática das franquias expressas na Declaração Universal dos Direitos do Homem – afirmou.

Tuma fez um histórico de 30 causas da Revolução de 30, com a derrocada da “política do



Waldemar Rodrigues

MEDIDA Para Tuma, grau de evolução política corresponde ao nível de liberdade do povo

café-com-leite”, pela qual mineiros e paulistas se alternavam na Presidência. A tentativa de Washington Luiz de fazer do também paulista Júlio Prestes seu sucessor quebrou o já precário equilíbrio da República Velha e provocou o levante do Rio Grande do Sul e da Paraíba, que levou Getúlio ao poder.

Romeu Tuma citou ainda documentos de época sobre a Revolução Constitucionalista, que, mesmo derrotada, provocou a convocação da Constituinte de 1934.

Senador defende ação de guardas de presídio paulista

Romeu Tuma defendeu, em Plenário, a atitude dos guardas de muralhas do Presídio Adriano Marrey, em São Paulo, que atiraram contra um helicóptero que tentava resgatar um preso. Durante a tentativa, que ocorreu no último domingo, o piloto Alexandre Frederico de Almeida Colaço foi atingido por um tiro na cabeça.

Tuma disse que a decisão dos guardas baseou-se em ordem da Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo, que determina que qualquer aereo-

nave que se aproxime do presídio em tentativa de resgate deve ser recebida a tiros. O senador paulista frisou que não é possível mudar essa norma, “senão os marginais matarão os guardas e tranquilamente resgatarão os bandidos mais perigosos”. Também lembrou que os tiros iniciais partiram dos homens que estavam no helicóptero.

– A ação dos guardas foi legítima, e é claro que deve ser dada toda assistência ao piloto – salientou Romeu Tuma.

Congresso busca consenso na reforma da Previdência

■ Sarney e João Paulo criam comissão mista especial para ganhar tempo na tramitação da proposta

Os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, decidiram ontem criar comissão especial, formada por 11 senadores e 11 deputados, para debater a proposta de reforma da Previdência. A comissão, explicou Sarney, procurará o consenso entre os integrantes das duas Casas para ganhar tempo na tramitação da proposta.

Sarney lembrou que esse mecanismo já existe institucionalmente em alguns Parlamentos do mundo, como é o caso do Congresso norte-americano. No Brasil, ele lembrou a experiência, em andamento, da comissão mista que está analisando as propostas sobre armas de fogo, “com grande êxito”. A idéia, observou, é tentar repetir esse bom resultado com a reforma da Previdência.



Márcio Kallume

AGILIDADE Sarney (entre João Paulo e Mercadante) afirma que comissão mista procurará acordo para facilitar exame da reforma

A primeira reunião da nova comissão está marcada para hoje, às 16h. Os integrantes serão indicados pelos partidos representados na Câmara e no Senado, obedecendo à proporcionalidade.

A reunião de ontem contou, também, com a presença das lideranças partidárias e do governo na Câmara e no Senado. Para o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), a criação da comissão representa um passo importante na busca mais rápida do con-

senso entre os parlamentares.

– Além de antecipar o debate, agilizando a tramitação, será possível elaborar um relatório com ampla convergência. Vamos eliminar a inconveniência de repetir, no Senado, a discussão havida na Câmara – disse.

Mercadante adiantou que na reunião de hoje o relator da reforma na Câmara, José Pimentel, fará uma exposição dos principais pontos da proposta que já foram debatidos, para ouvir e incorporar as sugestões dos senadores.

Sarney conversa com presidente do STF

Ao sair de audiência com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, o presidente do Senado, José Sarney, afirmou que o objetivo principal do encontro foi reafirmar o interesse do Legislativo em manter, com o Poder Judiciário, uma relação de independência e de harmonia.

– Esse bom relacionamento é essencial para proteger a democracia – salientou.

Sarney disse que o tema dominante no encontro foi a reforma do Judiciário, que está na

pauta do Senado na convocação extraordinária. Ele observou que o Congresso está aberto para receber e debater todas as sugestões do Judiciário, uma vez que a reforma somente terá êxito se representar o consenso entre os Poderes.

Maurício Corrêa afirmou que a conversa também abordou a reforma da Previdência, lembrando que as mudanças devem representar o pensamento comum dos Poderes.

– Senti um clima favorável aos pleitos do Judiciário que já

expus publicamente: a manutenção da paridade entre integrantes da ativa e aposentados e a permanência da aposentadoria integral. No meu entender, essas conquistas precisam ser mantidas, não somente para os atuais magistrados e funcionários, mas também para aqueles que vierem a ingressar no serviço público – destacou.

Sarney foi ao STF acompanhado dos líderes do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), e do PMDB, Renan Calheiros (AL).

José Agripino cobra do governo política de desenvolvimento regional

Ao comentar que os argumentos apresentados pelos partidos de oposição e a pressão da população em manifestações em várias cidades do país estão obrigando o governo a buscar um entendimento sobre as reformas tributária e previdenciária, o senador José Agripino (PFL-RN) comunicou que o seu partido cobrará do governo, no âmbito da reforma tributária, a apresentação de um projeto real e moder-

no para a retomada do desenvolvimento regional.

Na avaliação do senador, ao proibir os estados de conceder isenção ou alíquota menor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para atrair empresas, a proposta de reforma tributária do governo impede os estados mais pobres de ascenderem economicamente. Ele também criticou o formato que o governo está propondo para recriar as superintendências

de desenvolvimento do Nordeste (Sudene), da Amazônia (Sudam) e do Centro-Oeste (Sudeco).

– A proposta de reforma tributária suprime da Sudene, da Sudam e da Sudeco sua capacidade de agir como instrumento de desenvolvimento regional. O PFL tomará posição e exigirá que esses órgãos ressurjam não apenas como analisadores de projetos e aplicadores de incentivos fiscais – afirmou Agripino.

Na visão do senador, as três supe-

rintendências devem atuar a partir de uma visão global, trabalhando na identificação das potencialidades de cada estado, na definição de suas vocações e na apuração do nível de competitividade nos mercados nacional e internacional. Detalhadas essas informações preliminares, na avaliação de Agripino, o próximo passo seria a captação de capitais privados nacionais e estrangeiros para, junto com os recursos fiscais, realizar os investimentos.



Roosevelt Pimenta

OBSTÁCULO Para Agripino, proposta impede ascensão econômica de estados pobres

Países de língua portuguesa mais próximos

O Senado aprovou o Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço entre os governos dos países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), assinado em 17 de julho de 2000 em Moçambique. O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), disse que o acordo é um grande avanço e que seria importante que os cidadãos de todo o mundo pudessem circular livremente por todas as nações.

O acordo também foi elogiado pelo líder do PT, Tião Viana (AC), por Duciomar Costa (PTB-PA), que acusou Portugal de continuar discriminando brasileiros, e por Hélio Costa (PMDB-MG), que ressaltou a existência de 300 milhões de pessoas que falam português.

Também foram aprovadas as indicações de Marcelo Jardim para embaixador na Polônia, e de Carlos Augusto Neves para acumular o cargo junto à Rússia e ao Cazaquistão.

Clareza no licenciamento ambiental

Proposta que obriga o lançamento das informações sobre licenciamento ambiental na Internet foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Os integrantes da CCJ acolheram parecer do senador Luiz Otávio (PMDB-PA) com duas emendas à proposição de autoria do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP).

– O projeto possibilita maior transparência nas políticas públicas da área ambiental. É o uso da Internet como instrumento de cidadania – defendeu Mercadante, que confidenciou seu desejo de formular essa proposta desde sua época como deputado federal.

O senador listou em seu projeto todos os documentos que o órgão responsável pelo licenciamento ambiental deverá disponibilizar na rede mundial de computadores, como o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), licença ambiental e ata das audiências públicas.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

ALTERAÇÃO NO ISS



ACORDO Senadores recebem artistas e produtores como Frejat, Paula Lavigne e Zezé di Camargo

Municípios ganham com taxa de 107 serviços

■ Plenário aprova lei que inclui na cobrança do imposto os serviços criados com o avanço da tecnologia

O Senado aprovou ontem, por unanimidade, projeto de lei do então senador Fernando Henrique Cardoso que inclui 107 itens na lista de serviços sujeitos ao pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), cobrado pelos municípios. Grande parte é de serviços criados com o avanço da tecnologia depois de 1968, especialmente automação bancária e serviços de informática, incluindo a Internet. O projeto vai agora à sanção presidencial.

Os senadores acompanharam o relatório apresentado ao projeto pelo senador Romero Jucá (PMDB-RR), depois de longas negociações com os partidos. Nas últimas 24 horas, após encontros com representantes de artistas, os líderes concordaram em retirar da taxa do ISS os direitos autorais, pois a produção intelectual tem legislação própria, inclusive com recolhimento de taxa.

O projeto determina que a alíquota do ISS poderá variar de 2% a 5% sobre o valor do serviço e, excepcionalmente, em 10% para jogos de loteria e bingos. Hoje, a lei é omissa sobre serviços mais modernos, possibilitando que algumas prefeituras aprovassem legislação para cobrar ISS de até 32%

nos serviços bancários. As 5.561 prefeituras do país deverão propor antes do fim deste ano às câmaras municipais a adaptação de suas leis ao projeto votado pelo Congresso. Isso porque mudanças na cobrança de impostos têm o princípio da anualidade – só podem entrar em vigor no ano seguinte.

Romero Jucá informou que a atual arrecadação de R\$ 8 bilhões por ano de ISS deverá subir para até R\$ 15 bilhões nos próximos três anos. Ele sustentou, no entanto, que não deverá haver aumento para os contribuintes, pois a mudança estaria alcançando com o imposto apenas os serviços que não são taxados atualmente. Disse que em muitos municípios a arrecadação do ISS poderá até dobrar, porque o imposto será arrecadado no local onde o serviço é prestado, e não mais no município onde está sediada a

prestadora do serviço.

– Desde a Constituição de 1988 os municípios estavam esperando essa ampliação do ISS. Estamos trazendo para a base de tributação do ISS serviços que até hoje não eram alcançados nem pelo ICMS – ponderou Romero Jucá.

O Plenário modificou o projeto para evitar bitributação (ISS mais Imposto sobre Circulação de Mercadorias). Exemplo: serviços gráficos de impressão de panfletos pagarão ISS, mas se a impressão agregar valor a um produto (manual de automóvel, por exemplo), a taxa ficará por conta do governo estadual (ICMS).

O projeto exclui da taxa de ISS serviços a empresas de outros países, o seguro-desemprego, os valores objeto de intermediação no mercado de títulos e valores mobiliários, e os depósitos bancários.

▼ Atividades que passam a contribuir

- Serviços de informática em geral, incluindo provedores de Internet.
- Acesso, movimentação e atendimento bancário por meio eletrônico.
- Compensação de cheques, emissão de cartões bancários magnéticos.
- Franquias empresariais (*franchising*).
- Arrendamento mercantil (*leasing*) de quaisquer bens.
- Consultoria econômica e financeira.
- Serviços de *buffet*, organização de festas de formatura.
- Fretamento de carros, embarcações e aeronaves.
- Análises clínicas, quimioterapia, ressonância magnética.
- Acupuntura, terapia ocupacional, fisioterapia, psicanálise.
- Inseminação artificial, fertilização *in vitro*, bancos de sangue.
- Apart-hotéis, motéis, *apart-service* condominiais, *flat*.
- Desfiles de blocos carnavalescos, trios elétricos.

Senado atende reivindicação de artistas

Um grupo de artistas e produtores – entre os quais Paula Lavigne, Zezé di Camargo e Roberto Frejat – esteve com o presidente do Senado, José Sarney, para negociar a retirada das atividades ligadas à propriedade intelectual do projeto que indica os serviços sujeitos ao Imposto sobre Serviços (ISS), que constava da pauta do Plenário de ontem.

Segundo o relator da matéria, a exclusão do dispositivo ficou acertada durante o encontro realizado no gabinete da Presidência do Senado.

– Os artistas vieram apresentar pedido aos senadores para que reconheçam que a propriedade intelectual, o direito de imagem, não é uma prestação de serviço e sim um bem, um patrimônio do artista. Conseqüentemente, vamos fazer ajuste no texto, via emenda supressiva, retirando a cobrança do ISS do direito de imagem, direito de escrita e de direitos autorais. É uma justiça que se faz. Os artistas pagarão outros impostos, mas não esse – disse Romero Jucá (PMDB-RR), relator da matéria.

Compreensão

A produtora Paula Lavigne afirmou que a reivindicação foi muito bem recebida pelos senadores. Ela lembrou que o direito autoral é um patrimônio e que os senadores entenderam muito bem o pedido dos artistas. “Quisemos esclarecer o assunto”, explicou.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo, afirmou que a lei em votação pelo Senado atualiza regulamentação de 1968, incluindo novos serviços que surgiram com o tempo, mas que não podiam ser tributados porque não eram previstos em lei. “É direito do município tributar tudo que é serviço e gera valor, porque é importante para arrecadar recursos e melhorar a vida da cidade”, declarou.

O projeto, que teve votação final na tarde de ontem, amplia a base de cobrança do ISS, aumentando para 240 os serviços passíveis de cobrança, entre eles os de informática, saúde e educação. Além disso, o projeto limita em 5% a alíquota máxima de cobrança. Atualmente, há estados em que essa alíquota chega a 32%.

SEGURANÇA A filmagem de operações de manutenção da ordem pública, a identificação obrigatória de policiais em atividade e a concessão anual ao preso de atestado de pena a cumprir são acolhidas na CCJ

Projeto amplia controle sobre a atividade policial em manifestações

A identificação obrigatória de policiais nas operações de controle e manutenção da ordem pública e no policiamento ostensivo foi aprovada ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. O parecer do senador Demostenes Torres (PFL-GO), transformado em substitutivo após entendimento com o autor, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), incluiu emendas ao texto original e obteve aprovação unânime dos 12 senadores que participaram da reunião da CCJ. O relator explicou que as emendas foram feitas para aperfeiçoar a redação e que não há discordância em relação ao mérito do projeto.

Os policiais não precisarão se



UNANIMIDADE Projeto de Mercadante obteve voto dos 12 senadores presentes

identificar quando estiverem em operação sigilosa de "polícia judiciária ou administrativa, de investigação ou de operações de inteligência", confor-

me emenda do relator. Demostenes acrescentou sugestão de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), para tipificar melhor o que constitui abuso de autoridade nos casos de descumprimento da exigência de identificação.

O relator esclareceu que, nos casos de abusos de autoridade, estão previstas penalidades administrativas, desde advertência até demissão a bem do serviço público; sanções civis com reparação do dano ou indenização à vítima com valores arbitrados pelo juiz; e sanções penais com multa, detenção de dez dias a seis meses, além de perda do cargo decretada por sentença judicial.

Filmagem

A proposição que suscitou polêmica foi a que determina a

filmagem das operações de controle e manutenção da ordem pública. Mercadante disse que, quando participou da reunião das Cúpulas das Américas, no Canadá, observou que todos os policiais eram identificados e todas as operações eram filmadas. Ele considerou que a medida é importante para modernizar as polícias, contribuir para acabar com a violência e melhorar o relacionamento dos servidores dos órgãos de segurança pública com a sociedade.

O parecer de Demostenes Torres estabelece que quem estiver no comando da operação ou do seu planejamento terá de justificar os motivos que impediram a sua filmagem, "sob pena de responsabilidade".

Atestado permite verificar o cumprimento da pena

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer do senador Demostenes Torres (PFL-GO) favorável a projeto de lei da Câmara dos Deputados que determina que a autoridade judiciária emita anualmente um atestado com o tempo da pena que resta a cumprir pelo sentenciado. A medida, na avaliação do relator, é motivadora e pode evitar rebeliões nos presídios.

Em esclarecimento ao senador Jefferson Péres (PDT-AM), o relator disse que a certidão será emitida pela autoridade judiciária competente.

Demostenes explicou que a exigência de atestado anual se deve ao fato de que o tempo de cumprimento da pena pode mudar dependendo do comportamento do condenado e de sentenças em outros processos.

Em seu parecer sobre o projeto, de autoria do deputado Ricardo Barros (PP-PR), Demostenes afirma que a medida contribui para garantir os direitos constitucionais dos presos,

entre eles o que prevê indenização no caso de erro judiciário. A matéria será submetida a Plenário.

Requerimento

A comissão também aprovou requerimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) para que sejam ouvidos os presidentes dos tribunais superiores, dos tribunais de Justiça dos estados, da Ordem dos Advogados do Brasil e o procurador-geral da República sobre a reforma do Poder Judiciário.



Demostenes Torres: medida pode evitar rebeliões em presídios

O senador José Jorge (PFL-PE) pediu para retirar o seu requerimento, que também listava vários convidados para discutir a proposta de emenda à Constituição (PEC) que trata da reforma do Judiciário. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) solicitou o adiamento da votação do seu parecer sobre projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a intimação dos representantes judiciais dos estados e do Distrito Federal.

Borges pede consenso sobre porte de armas

O senador César Borges (PFL-BA) pediu ao Congresso que busque um consenso sobre os projetos de lei em tramitação que regulamentam o porte de armas de fogo. Para o senador, é preciso reduzir a diferença entre os que defendem, com um pouco mais ou um pouco menos de intensidade, a circulação de armas na sociedade.

César Borges disse que o Brasil avançou na parte de legislação, criando em 1997 o Sistema Nacional de Armas de Fogo (Sinarm). O mecanismo criminalizou o porte ilegal de armas, ainda que tolerando sua concessão a pessoas comuns, mas não tocou no cerne do problema, que é, em sua avaliação, a relativa facilidade de acesso a armas pela livre comercialização. Além disso, acrescentou, a criminalização do porte ilegal não intimidou os usuários, que nem sequer ficam presos após o flagrante.

Ele afirmou que, em razão disso, a Subcomissão de Segurança Pública do Senado aprovou o Projeto nº 138, de 1999, que visa melhorar a legislação do Sinarm, com



ALERTA César Borges diz que lobby das armas volta a atuar com "velhos argumentos"

emenda de sua autoria acabando com a liberdade provisória para os flagrantes de porte ilegal e tráfico de armas.

Para o senador, a decisão do presidente do Congresso, José Sarney, de criar a Comissão Mista de Segurança Pública, durante a convocação extraordinária do Congresso, representa a oportunidade ideal para ampla discussão de todas essas matérias.

César Borges disse que o lobby das armas já volta a atuar com "velhos argumentos" como, por exemplo, o de que a arma utilizada pelos criminosos não é a mesma usada pelo cidadão. Segundo o senador, o Instituto de Estudos da Religião (Iser), que presta serviço para ministérios e para a Unesco, pesquisou 4 mil armas apreendidas no Rio de Janeiro e constatou que 25% tinham registro legal.



APOIO José Sarney destaca receptividade a projeto que cria fundo de assistência

Sarney crê na aprovação de ajuda a vítimas

Em entrevista concedida ontem, o presidente do Senado, José Sarney, disse acreditar na aprovação rápida do projeto de sua autoria, apresentado por ele na véspera, criando o Fundo Nacional de Assistência às Vítimas de Crimes Violentos. Sarney lembrou a receptividade encontrada pela proposta no Senado e o fato de a matéria poder fazer parte do conjunto de leis contra a violência, que vêm sendo examinadas pela Casa.

O projeto introduz na legislação brasileira o conceito de vítima, definindo-a como a pessoa que suporta os efeitos da ação criminosa consumada ou tentada e que, em consequência, sofre danos físicos, psicológicos, morais, patrimoniais ou qualquer violação dos seus direitos fundamentais.

De acordo com a matéria, o fundo será composto por recursos orçamentários provenientes de penas pecuniárias e bens expropriados dos criminosos, de forma a assegurar assistência às vítimas.

Sarney observou que a lei brasileira até hoje omitiu qualquer referência ao direito da vítima, "a grande prejudicada no processo da violência", afirmando que o projeto é também uma demonstração de solidariedade e de despertar da consciência nacional.

Podem alegar que é mais uma despesa para o Estado, mas quando criei o programa de combate à Aids dizia que no Brasil não poderíamos arcar com um projeto tão grandioso. Hoje é exemplo internacional. O mesmo foi dito quando criei o seguro-desemprego.

Eduardo defende pecuaristas do Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) apelou ontem ao ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, para que mantenha Tocantins na condição de área livre de febre aftosa, "classificação conseguida às custas de investimento em tecnologia, convênios e muito trabalho, uma luta

de mais de dois anos", disse o senador.

Eduardo referia-se à decisão do ministro de rastrear as 4,5 mil cabeças de gado importadas dos Estados Unidos e do Canadá, em busca de sinais da doença da vaca louca ou de aftosa.

– Quero elogiar a decisão do mi-

nistro, o zelo que demonstra, porque o Brasil está conquistando novos mercados, como o Mercado Comum Europeu – disse o senador, que reiterou a excelência da produção de carne do Tocantins, um dos grandes exportadores do país.

O senador leu em Plenário parte da reportagem publicada pelo jor-

nal *Correio Braziliense*, que aponta o Brasil como o maior produtor e exportador de carne bovina do mundo, nos últimos 12 meses.

– É este o Brasil que dá certo, que produz, que conseguiu erradicar a febre aftosa, condição que é aceita e reconhecida pelos mais importantes países do mundo.



ELOGIOS Eduardo aplaude ministro da Agricultura por zelar pela pecuária nacional

Iris insiste na adoção do pacto nacional



Para Iris, tensão no campo pode gerar crise política

Ao alertar o governo para a ameaça de que o acirramento do conflito entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e os proprietários rurais possa gerar uma crise política de graves

proporções, a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) cobrou a adoção de um projeto de administração capaz de reunir as diversas forças políticas e sociais. A promoção do pacto nacional pelo Brasil, lembrou, foi compromisso assumido pelo presidente Lula da Silva.

O PMDB, ressaltou a senadora, não se furta a colaborar com idéias, com seu projeto de desenvolvimento, experiência, talentos e quadros para ajudar o Brasil. O partido, disse ainda, sempre tem atuado procurando apagar o início de qualquer tentativa que pudesse levar a nação a um cenário de maior tormenta e dor.

– O Senado mais uma vez é comandado por um ex-presidente da República que é a voz da ponderação, da lealdade, a própria expressão do mais fervoroso amor à pátria, o presidente José Sarney. Estão aí o líder do governo no Congresso, Amir Lando, e o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros. Todos integralmente dedicados a amar esse país e dispostos a colaborar. Tantos valores tem esse partido, de norte a sul do país, que podem espontaneamente disponibilizar as suas experiências para incrementar um novo horizonte para esse país – ressaltou a senadora.

O PMDB, disse Iris, tem capacidade prática de realizar projetos concretos, o que se torna importante no momento em que o Brasil se perde no redemoinho das palavras.

Para Ideli, reforma agrária corrige "injustiça social"

■ Senadora acusa grandes proprietários de negarem terra para famílias que precisam dela para plantar

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) disse que os grandes proprietários de terra no Brasil tentam esconder "o crime absurdo de não permitir que, no país com a maior área agricultável do planeta, uma família não consiga terra para plantar". A parlamentar afirmou ser "uma injustiça social insustentável, inconcebível e inadmissível" o fato de 1% dos proprietários no Brasil deter 50% das terras.

A senadora lamentou a grande reação ao ato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que colocou na cabeça um boné do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) durante solenidade no Palácio do Planalto. Para ela, mais importante do que falar dos bonés é fa-



DESIGUALDADE Ideli disse que 1% dos proprietários detém 50% de todas as terras do Brasil

lar das cabeças que as usam.

A representante catarinense assinalou que o atual governo não só está dando apoio e condições para a continuidade do agronegócio no Brasil como também está privilegiando a agricultura familiar e criando as condições para que a reforma agrária seja feita no país, no mais absoluto respeito à lei. Ela lembrou ter sido uma "leitona atenta" dos romances de Jorge

Jefferson afirma que MST é subversivo

O senador Jefferson Peres (PDT-AM) disse ter ficado "estarecido" ao ver pela televisão o novo procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, dizer que, se uma terra não cumprir sua função social, é lícito sua invasão por sem-terras.

– Mas quem decide se uma terra está ou não cumprindo sua função social? É o MST invasor? E se amanhã o movimento dos sem-teto entender que tem o direito de invadir e ocupar uma casa, que não está ocupada temporariamente? Isso é a subversão de todo ordenamento jurídico do país, e vem inquietando a todos – afirmou.

Jefferson disse esperar que o governo federal "comece a rever sua posição complacente diante do MST", movimento



ESPERANÇA Jefferson sugeriu que governo reveja sua postura complacente em relação ao MST

que, a seu ver, "não é social coisa alguma". Por seus líderes, ressaltou, o MST "é um movimento político, de cunho revolucionário e subversivo".

Embrapa

O senador leu trechos de artigo assinado por Paulo Brossard, ex-senador, ex-ministro da Justiça e ex-ministro do Su-

Amado, autor que "deixou claro" como se deu o processo de acumulação de terras no Brasil. Segundo a parlamentar, o lema dos sem-terra – "ocupar, resistir, produzir" – foi antes o lema dos que hoje são os grandes proprietários de terra, mas que na verdade as adquiriram por ocupação e por grilagem.

Quatro senadores apartearam o discurso. Demostenes Torres (PFL-GO) afirmou que o MST merece respeito, mas observou que seus métodos de atuação, que ele reprova, assemelham-se aos utilizados pelos fazendeiros na década de 80. Roberto Saturnino (PT-RJ) argumentou que o MST assusta hoje como as Ligas Camponesas assustavam na década de 60. Serys Silhessarenko (PT-MT) advertiu que não fazer a reforma agrária "é a maior burrice do mundo", enquanto Ana Júlia Carepa (PT-PA) frisou que o MST surgiu "pela omissão e falta de perspectiva de se fazer a reforma agrária no país".

Demostenes vê trama contra o agronegócio

Ao destacar que o agronegócio projeta para este ano crescimento de 5,35%, o que seria suficiente para o Brasil não entrar em recessão, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) disse perceber que algo está sendo tramado contra esse sucesso. Mesmo considerando que a reforma agrária precisa ser realizada, ele alertou que seria temerário simular a solução de um problema social por intermédio da desestatização do setor primário.

– Vejo com extrema preocupação a série de chantagens ideológicas que as lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) estão patrocinando com a finalidade de criar impasse institucional e assim impor a sua fantasia marxista – advertiu o senador por Goiás.

Tasso incentiva parcerias com dois projetos

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) apresentou dois projetos de lei que procuram estimular as parcerias entre trabalhadores rurais e proprietários de terras. Segundo Jereissati, as propostas têm ainda como objetivo reduzir o clima de tensão no campo e elevar a produção agrícola brasileira.

O primeiro projeto estimula as parcerias agrícolas por meio de contratos formais entre os donos das terras e os trabalhadores. O segundo busca reduzir a insegurança de arrendamentos feitos entre proprietários e trabalhadores.



Tasso: aliviar tensão e elevar a produção

CPI DO BANESTADO Comissão aprova requerimentos e solicita votação pelo Congresso Nacional, este mês, do acordo das Nações Unidas que combate crimes transnacionais

Antero cobra tratado contra a corrupção

A notícia divulgada pela imprensa de que o Brasil ainda não ratificou a convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) contra o crime transnacional levou o presidente da CPI do Banestado, Antero Paes de Barros (PSDB-MT), a enviar solicitação ao presidente do Senado, José Sarney, para que o Congresso vote o tratado sobre corrupção e lavagem de dinheiro durante a

convocação.

O alerta sobre a omissão brasileira, disse Antero, foi feito pela própria ONU, que considera o tratado uma maneira de combater organizações criminosas com ramificações em diversos países. De acordo com as Nações Unidas, até agora, apenas 40 países, dos 123 que assinaram a convenção, transformaram-na em lei.

O acordo foi negociado em

2000 e propõe a cooperação dos países contra o crime internacional organizado, por meio da ação conjunta da polícia e do Judiciário, permitindo a investigação, julgamento, prisão e extradição desses criminosos. Antero pede que Sarney envie ofício ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que o acordo seja incluído na pauta da convocação extraordinária e votado prioritariamente.



REFORÇO Integrantes da CPI discutem ajuda de técnicos do governo para identificar o esquema que resultou no desvio de dinheiro

Aprovados requerimentos solicitando informações

Na reunião administrativa realizada ontem, a CPI do Banestado aprovou, a partir de pareceres do relator da CPI, deputado José Mentor, mais de 20 requerimentos apresentados pelos senadores e deputados da comissão. Outros requerimentos foram adiados, sobrestados ou ainda enviados para análise técnica da consultoria ou da assessoria jurídica da comissão.

Veja as principais solicitações acolhidas	
Autor	Objeto
Senador Pedro Simon (PMDB-RS)	Requisita os 135 inquéritos oficiais abertos depois do desmembramento do primeiro inquérito iniciado pela PF sobre a remessa ilegal de divisas
Senador Pedro Simon (PMDB-RS)	Requisita documentação fornecida pela CPI dos Precatórios ao procurador Celso Antonio Três sobre as contas CC-5
Senador Pedro Simon (PMDB-RS)	Requisita à PF laudo elaborado por técnicos "que se constitui em documentação física das transações das 135 contas do Banestado em Nova York"
Senador Pedro Simon (PMDB-RS)	Requisita inquérito de Foz do Iguaçu (PR) que investiga o ato do ex-presidente do BC Gustavo Franco de retirar limite de envio de remessas de contas CC-5 de cinco bancos naquela cidade
Senador Pedro Simon (PMDB-RS)	Requisita à Bovespa e à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) informações sobre operações no território brasileiro de fundos de investimentos que aparecem no laudo da PF sobre as contas do Banestado em Nova York como receptores de recursos, com a identificação dos cotistas desses fundos
Deputado Eduardo Valverde (PT-RO)	Requisita à CVM a lista de fundos de investimentos estrangeiros que operaram no Brasil a partir de 1995
Deputado José Mentor (PT-SP), relator da CPI	Requisita a transferência para a CPI do sigilo das operações feitas na Bolsa Mercantil de Futuros a partir de 1996
Deputado Dimas Ramalho (PPS-SP)	Requisita ao BC cópias de autorizações dadas a bancos para que suas agências em Foz do Iguaçu (PR) acolhessem depósitos de valores superiores a US\$ 10 mil e a relação dos processos administrativos relativos a ilícitos cambiais instaurados e arquivados pelo BC
Deputado José Mentor (PT-SP), relator da CPI	Requisita ao MJ cópias dos pedidos de quebra de sigilo bancário de contas em agências nos Estados Unidos
Deputado José Mentor (PT-SP), relator da CPI	Requisita à PF cópia do documento em que o delegado José Castilho foi colocado à disposição do Ministério Público Federal, com a motivação do ato
Deputado José Mentor (PT-SP), relator da CPI	Requisita ao MJ cópias das correspondências trocadas entre os governos brasileiro e norte-americano sobre o caso Banestado
Deputado José Mentor (PT-SP), relator da CPI	Requisita que representantes do BC informem sobre operações financeiras realizadas via contas CC-5
Deputado José Mentor (PT-SP), relator da CPI	Requisita à Câmara dos Deputados os depoimentos relacionados ao caso colhidos por suas comissões
Deputado Eduardo Valverde (PT-RO)	Requisita ao BC cópia de inquérito feito no Banco Araucária
Deputada Dra. Clair (PT-PR)	Requisita ao BC informações sobre multa imposta ao Banestado nos Estados Unidos

Assembléia do Paraná deve remeter documentos sobre desvio de divisas

Os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito do Banestado aprovaram ontem diversos requerimentos pedindo informações da CPI da Assembléia Legislativa do Paraná destinada a investigar o esquema de evasão de divisas por meio de contas fraudulentas no então Banco do Estado do Paraná (Banestado).

Foi acolhido ainda requerimento de iniciativa do senador Osmar Dias (PDT-PR) propondo que o presidente da CPI

paranaense, deputado estadual Neivo Beraldin, seja convidado a depor na CPI do Congresso Nacional. Por sugestão do relator, deputado José Mentor (PT-SP), o requerimento vai incluir convite ao relator da comissão estadual.

Mediante requerimento do deputado Dr. Hélio (PDT-PR), os parlamentares da CPI vão solicitar todas as conclusões e documentos da Assembléia paranaense. Já o presidente da comissão, senador Antero Paes

de Barros, requereu notas taquigráficas das reuniões da CPI paranaense, enquanto a senadora Serys Shessarenko (PT-MT) quer o encaminhamento de toda a documentação reunida pelos deputados estaduais do Paraná.

De autoria da deputada federal Dra. Clair (PT-PR), também foi acolhido requerimento requisitando àquela assembléia o envio de relatórios, depoimentos e demais documentos da CPI estadual.

Delegado e perito da PF serão ouvidos

Com a aprovação de requerimento do deputado Dimas Barbosa (PPS-SP), a CPI do Banestado decidiu ontem convidar para depor o perito da Polícia Federal (PF) Renato Rodrigues Barbosa, que participou das investigações, em Nova York – junto com o delegado federal José Francisco Castilho Neto –, sobre o destino de recursos obtidos em atividades ilegais na agência do Banestado. O delegado será ouvido pela comissão dia 29 de julho. O deputado Eduardo Valverde (PT-RO) solicitou ainda que esses servidores da PF sejam colocados à disposição da CPI para contribuir na elucidação dos fatos. Para Valverde, eles poderiam facilitar o acesso da comissão, de forma sistematizada, às informações já levantadas pelos órgãos do governo federal. O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) ponderou, porém, que o assessoramento de Castilho à comissão pode ser inconveniente, tendo em vista que o delegado foi afastado do processo.

Equipe de técnicos do governo vai ajudar nas investigações

Parte do grande número de requerimentos apresentados à CPI do Banestado propõe a requisição de técnicos de instituições do governo federal e a audiência de novas testemunhas que possam ajudar a identificar o esquema que deve ter causado a evasão de US\$ 30 bilhões.

Os parlamentares decidiram que a equipe de assessoramento da CPI, formada por técnicos do Banco Central, do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público e da Polícia Federal, entre outros órgãos, além do Senado e da Câmara, seja composta a partir de definições do relator, deputado José Mentor.

Segundo o presidente da CPI, senador Antero Paes de Barros, o relator vem fazendo gestões junto a essas instituições para que indiquem técnicos capacitados e com familiaridade no assunto.

A CPI decidiu, a partir de requerimento da senadora Serys Shessarenko, convocar repre-

sentantes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), delegados da Polícia Federal e o procurador da República Celso Três, um dos primeiros a investigar as irregularidades no uso de contas CC-5 em Foz do Iguaçu (PR).

Também foi aprovado requerimento de Antero para que 27 ex-dirigentes do Banestado e funcionários do banco em Nova York, à época das irregularidades, sejam colocados à disposição da CPI.

Economia processual

Antero destacou a economia processual que será obtida a partir das decisões tomadas na reunião com representantes do Ministério Público Federal, da Polícia Federal e do Ministério da Justiça.

O senador ressaltou que o Ministério da Justiça e o Ministério Público, já na primeira semana de agosto, encaminharão as informações solicitadas pelas autoridades americanas que acompanham o caso.

Promotora acusa "poderosos" por exploração sexual de menores

CPI ouve relatos de abusos no Norte e Nordeste envolvendo policiais, políticos e até juízes de Direito

A prática de violência sexual em várias localidades das regiões Norte e Nordeste envolve "gente poderosa", denunciou ontem a promotora Lítia Cavalcanti, do Ministério Público do Maranhão, em depoimento à comissão parlamentar de inquérito (CPI) do Congresso que investiga redes de exploração sexual de crianças e adolescentes. Nessas regiões, disse ela, a violência ainda é considerada um ato normal.

– Quem mais explora sexualmente as crianças e adolescentes não são as pessoas pobres ou de menor poder aquisitivo. A violência é praticada por juízes de Direito, oficiais da Polícia Militar, políticos, policiais civis, médicos, enfim, gente poderosa, de renome e endinheirada – disse a promotora.

Diante das graves denúncias e da divulgação de nomes de supostos envolvidos em crimes de exploração sexual, a presidente da CPI, senadora Patrícia Saboya (PPS-CE), decidiu tornar secreta a audiência pública.

Patrícia Saboya acredita que a CPI vai enfrentar grandes desafios até a votação do relatório final, em dezembro. Ela disse estar certa de que a exploração sexual infantil está organizada em sofisticadas redes criminosas internacionais que se estruturam e se desmobilizam de maneira muito ágil e envolvente. Por isso, há uma grande dificuldade para identificar e punir os responsáveis.

Segundo a promotora, Caxias, a terceira maior cidade, lidera a exploração sexual no Maranhão. Lá, afirmou, é comum crianças de 12 anos fazerem "programas" e orgias sexuais em troca de R\$ 10, uma pequena viagem ou até uma calça jeans. Lítia se disse estarecida com a impunidade e a falta de sensibilidade da sociedade. Por isso, cobrou das autoridades federais um combate rigoroso contra a exploração sexual no Norte e no Nordeste.



DENÚNCIA Promotora Lítia Cavalcanti (E), ao lado de Patrícia Saboya (C) e da deputada Maria do Rosário

Região Sul concentra 28 rotas de tráfico, revela pesquisa

Embora o Norte e o Nordeste concentrem o maior número de rotas de tráfico de exploração sexual de crianças, adolescentes e mulheres no país, a Região Sul não está livre do problema: são 28 rotas, apuradas em pesquisa apresentada por Janete Cruz, coordenadora regional do estudo, que participou ontem da audiência pública promovida pela CPI do Congresso que investiga o assunto.

A pesquisa coordenada por Janete Cruz buscou mapear as rotas de exploração sexual em Foz do Iguaçu (PR) e Uruguaiana (RS), com a análise de inquéritos do Ministério Público

Federal, da Polícia Federal e de matérias jornalísticas, sem, no entanto, levantar novos casos de tráfico. A pesquisa nacional, com a coordenação da professora Maria Lúcia Leal, da Universidade de Brasília (UnB), serviu de base para instaurar a CPI. – É fácil tirar uma criança do país. Na semana passada, desapareceu uma menina e a mãe só conseguiu fazer a ocorrência dois dias depois – denunciou Janete, defendendo a necessidade de maior eficiência e rapidez do poder público.

Para ela, além dos entraves governamentais, um dos agravantes é a banalização, pela so-



PROBLEMAS Para Janete Cruz, sociedade banaliza exploração de menores e mulheres

cidade, da exploração sexual de menores e de mulheres, motivada por questões culturais. Janete Cruz sugere a realização de campanhas de esclarecimento às famílias, pois muitas entregam as crianças ao tráfico por avaliarem que elas terão uma vida melhor.

Lúcia Vânia quer medidas contra o crime em Goiás

Integrante da CPI, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) vai entregar relatório que desvenda a rede de tráfico de menores em Goiânia. Ela encaminhará ofício à Delegacia da Mulher de Goiânia solicitando todos os casos que estão em andamento naquele órgão e ao Programa Sentinela, do governo federal, que funciona na capital de Goiás e em vários municípios do Entorno do Distrito Federal, para que sejam enviados dados atualizados de abuso sexual contra menores.

Em seguida, a senadora deve encaminhar à CPI re-

querimento para sejam realizadas audiências públicas em Goiás sobre exploração e tráfico de mulheres e menores. A senadora citou casos comprovados de abuso sexual em Goiânia, Anápolis, Aparecida, Trindade, Nerópolis, Bela Vista, Senador Canedo, Novo Gama, Luziânia e Formosa.

– O tráfico internacional de mulheres no estado é insustentável. Oficialmente foram encontrados 43 casos, mas investigações feitas por várias entidades mostram que milhares de mulheres, incluindo adolescentes e crianças



TRÁFICO Lúcia Vânia disse que milhares de goianas já foram levadas para o exterior

com idades adulteradas, já foram levadas para fora do país para serem exploradas sexualmente – afirmou.

Sérgio Guerra saúda Rio pela vitória no COB

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) cumprimentou ontem a cidade do Rio de Janeiro por ter sido escolhida pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB) como pré-candidata a sediar os Jogos Olímpicos de 2012.

– Não é um ato isolado. O Brasil tem potencialidades grandes nas áreas de turismo e negócios.

Os investimentos a serem feitos são irrelevantes diante da magnitude desse projeto – afirmou.

Para ele, a escolha do Rio, somada ao fato de que a cidade sediará os Jogos Panamericanos de 2007 e de que o Brasil pleiteia a Copa de 2014, oferece a oportunidade de alavancar a economia, produzir empregos e consolidar a liderança do Brasil na América Latina.



Sérgio Guerra: chances para aquecer economia

Mozarildo homenageia Boa Vista

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) prestou homenagem à capital do seu estado, Boa Vista, que ontem completou 113 anos.

– Sem dúvida é a mais bela capital do Norte, com todo respeito às demais, dado o seu traçado, pois a cidade é uma das primeiras planejadas do Brasil – afirmou.

Mozarildo Cavalcanti leu em Plenário reportagem publicada na edição de ontem do jornal *Folha de Boa Vista* que traz a história da cidade e segundo a qual a capital tem área de 5.117 quilômetros quadrados (2,26% do total do estado) e população de 200 mil pessoas.

O senador também solicitou a inserção nos Anais do Senado do poema *Ode a Boa Vista*, de Jaber Xaud, publicado no mesmo jornal.



Mozarildo: Boa Vista é a mais bela capital do Norte

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Demostenes Torres e Garibaldi Alves Filho e pela senadora Iris de Araújo